

ANÁLISE DA AVALIAÇÃO DOCENTE E DA AUTOAVALIAÇÃO DISCENTE EM UM CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Denise Ângela Wunder Della Flora ¹
Charlene do Nascimento Loreto ²
Tânia Micheline Miorando ³
Daniele Rorato Sagrillo ⁴

RESUMO

A pesquisa apresenta os resultados da Avaliação Docente e da Autoavaliação Discente de um Curso de Educação Especial – Licenciatura Plena, de uma Universidade Federal, do Sul do Brasil. O processo avaliativo foi coordenado pela Comissão Setorial de Avaliação, fundamentando-se na metodologia da Avaliação Institucional Participativa, de abordagem quantitativa e qualitativa, com base nos estudos de Leite (2005) e Barber (1997), em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Teve como materialidade os dados produzidos pelo Instrumento da Avaliação Institucional IA-2 do Centro de Educação 2024/2, sendo desenvolvido em quatro fases: sensibilização, implementação, apresentação dos dados e análise dos resultados. No IA-2 constava questões objetivas de livre adesão, além de campos abertos para manifestações qualitativas. Participaram 28 estudantes, de um total de 145 consultados. Os resultados quantitativos indicaram médias elevadas em todos os quesitos da Avaliação Docente: Plano de Ensino (8,69), Aulas (8,67), Metodologia (8,55), Avaliação (8,50) e Relação Docente-Discente (8,76). A Autoavaliação Discente apresentou média ainda mais expressiva (9,23), revelando percepção positiva quanto ao engajamento e desempenho acadêmico. Os dados qualitativos corroboram os resultados numéricos, com predominância de elogios às metodologias adotadas, à contextualização das aulas e à articulação entre teoria e prática. Contudo, aspectos a melhorar foram apontados com relação à necessidade de maior alinhamento das aulas ao Plano de Ensino, aproveitamento do tempo de aula, maior clareza nos critérios avaliativos e aprimoramento na organização didático-pedagógica. Os resultados demonstram um significativo trabalho pedagógico desenvolvido no curso, ao mesmo tempo em que importantes aspectos para seu aprimoramento são pontuados. A baixa taxa de participação indica a adoção de estratégias de ampliação do engajamento discente em futuras edições do processo avaliativo. O estudo reafirma a importância da avaliação participativa para a qualificação do curso, do Ensino Superior e do fortalecimento da gestão democrática.

Palavras-chave: Avaliação Institucional, Educação Especial, Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

¹ Graduanda do Curso de Educação Especial - Licenciatura Plena da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, denise.flora@acad.ufsm.br;

² Graduanda do Curso de Estatística da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, charlene.loreto@ufsm.br;

³ Docente Dra. do Departamento de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, tania.miorando@ufsm.br;

⁴ Docente Dra. da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, daniele.sagrillo@ufsm.br;



O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861/2004, têm por finalidade a melhoria da qualidade da Educação Superior, promovendo a avaliação das instituições, dos seus cursos e do desempenho acadêmico dos/as estudantes (BRASIL, 2004). O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) conduz o processo avaliativo externo e as Comissões Próprias de Avaliação (CPA) de cada instituição, sua autoavaliação.

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a CPA conta com o apoio de uma Comissão Setorial de Avaliação (CSA) por Unidade de Ensino, criada com o propósito de difundir os processos avaliativos. No Centro de Educação, a CAICE/CSA-CE, destaca-se desde 1996 por coordenar um projeto de avaliação emancipatória. Um dos instrumentos construído e aplicado pela CAICE/CSA-CE é o IA-2 - Avaliação Docente pelo Discente e Autoavaliação Discente dos cursos de graduação do CE, por meio do qual os/as estudantes dos cursos presenciais avaliam cada disciplina cursada ao final de cada semestre, por livre adesão. O instrumento é composto por cinco questões/dimensões sobre a atuação docente (plano de ensino, aulas, metodologia, avaliação, relação docente-discente) e uma questão de autoavaliação (interesse e envolvimento na disciplina), além de sugestões e comentários.

Através do IA-2 o CE incentiva os/as estudantes de graduação a refletirem sobre o semestre letivo, detalhando os elementos constitutivos da prática pedagógica. Esses aspectos são considerados importantes para a tomada de decisão das diferentes instâncias (direção de unidade, coordenação de curso, chefia de departamento, docentes e representação estudantil) para o aperfeiçoamento contínuo da instituição. Atualmente o IA-2 é disponibilizado para acadêmicos/as de todos os cursos presenciais de licenciatura do CE (Educação Especial Diurno, Educação Especial Noturno, Educação Especial Inclusiva, Pedagogia Diurno, Pedagogia Noturno e Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional).

Para este trabalho serão utilizados os resultados da Avaliação Docente e da Autoavaliação Discente do Curso de Licenciatura em Educação Especial (Diurno) com base no relatório produzido pela CAICE/CSA-CE (2024/2). O objetivo é analisar e interpretar as percepções dos discentes sobre as práticas docentes e suas próprias experiências de aprendizagem nas disciplinas cursadas durante o segundo semestre de 2024. O intuito é fornecer dados abrangentes para um diagnóstico, baseado em evidências, que possam subsidiar a gestão do Centro e as coordenações de curso na reflexão sobre suas práticas e no planejamento de ações qualificadas.

O estudo justifica-se pela necessidade de compreender como os sujeitos envolvidos no



processo formativo percebem o desenvolvimento das disciplinas e sua própria participação acadêmica, considerando que o Curso de Educação Especial Diurno está formando a 46ª turma desde seu reconhecimento pelo MEC no ano de 1981 (UFSM, 2024). A investigação fundamenta-se na Avaliação Institucional Participativa, conforme Leite (2005) e Barber (1997), compreendendo a avaliação como prática democrática e formativa.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como de natureza diagnóstica, descritiva e formativa, e fundamentada na metodologia da Avaliação Institucional Participativa (AIP), articulando procedimentos quantitativos e qualitativos de forma complementar. Os dados foram coletados por meio do Instrumento de Avaliação Institucional IA-2 (2024/2), aplicado em formato digital. A disponibilização do IA-2 para a comunidade acadêmica ao final do semestre letivo, foi realizada por intermédio do Centro de Processamento de Dados (CPD) da UFSM. O CPD é o setor responsável por viabilizar no sistema os instrumentos e armazenar os dados brutos da avaliação, que posteriormente são analisados estatisticamente pela CAICE/CSA-CE.

O instrumento contemplou cinco questões objetivas referentes à Avaliação Docente, a saber: Plano de ensino (O docente apresentou e desenvolveu objetivos, conteúdos, metodologias, avaliações e referências); Aulas (O docente foi assíduo, aproveitou o tempo com qualidade); Metodologia (O docente propiciou a aprendizagem, respeitou a acessibilidade pedagógica); Avaliação (O docente informou a organização, considerou os conteúdos trabalhados e comentou os resultados); e, Relação Docente-Discente (O docente relacionou-se de forma cooperativa, respeitosa e dialógica), sendo disponibilizado para cada disciplina cursada na graduação da Educação Especial - Licenciatura Plena Diurno (CAICE/CSA-CE, 2025).

As respostas foram atribuídas em uma escala de pontuação de 1 a 6, sendo a numeração de valoração crescente. A alternativa “Não sei” consta no instrumento, em caso do/a discente julgar não ter elementos para avaliar o tema abordado. Caso a pontuação selecionada fosse inferior a 4, um campo reservado para sugestões permitiria descrição de pontos a serem melhorados.

A Autoavaliação Discente abordou a forma como o/a discente, buscou informações sobre o Plano de Ensino, participou nas/das aulas, perguntou sobre dúvidas, interessou-se sobre o processo avaliativo e relacionou-se de forma cooperativa e respeitosa. Para essa



questão também constava um espaço dedicado para sugestões. O questionário continha também um campo livre para a inclusão de comentários, sugestões/ou críticas.

Para a análise qualitativa foram consideradas as respostas abertas – os comentários, críticas e sugestões – utilizando a metodologia da Análise de Conteúdo, conforme as diretrizes de Laurence Bardin (2016). O processo seguiu três etapas cronológicas: Pré-análise - Leitura flutuante de todo o material textual para uma imersão nos dados, organização do corpus e formulação de hipóteses iniciais; Exploração do Material - Codificação do corpus, onde foram identificadas as unidades de registro (palavras, frases ou temas) e, posteriormente, seu agrupamento em categorias temáticas com base em critérios semânticos (ex: Metodologia, Relação Docente-Discente, Problemas Estruturais) e Tratamento e Interpretação dos Resultados - Síntese e análise crítica das categorias, buscando compreender os significados, as tendências e os temas recorrentes no discurso discente.

Para a constituição da pesquisa quantitativa, utilizou-se o resultado das questões objetivas. Esses dados foram organizados por meio de planilhas eletrônicas (Google Planilhas) e analisados com base em médias ponderadas. A integração dos achados quantitativos e qualitativos buscou compreender como as percepções expressas pelos/as discentes do curso explicam, confirmam ou contradizem os padrões numéricos, permitindo a construção de um diagnóstico mais aprofundado.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Avaliação Institucional Participativa compreende a avaliação como processo pedagógico, coletivo, reflexivo e democrático (LEITE, 2005). Desta forma, a CAICE/CSACE desenvolve ao longo dos anos a corresponsabilidade da comunidade acadêmica na construção da qualidade educacional, realizando levantamento de indicadores, participação coletiva na construção dos instrumentos, nas devolutivas e debates em torno dos resultados da avaliação.

Polidori *et al.* (2007, p. 336) enfatizam como elemento balizador desta dinâmica “a participação dos sujeitos no processo avaliativo como atores atuantes e não somente informantes ou meros espectadores.” Nesse sentido, o envolvimento dos sujeitos não se restringe à produção de dados, prática comum nos processos avaliativos, o que limita a noção de pertencimento institucional.

A construção de uma cultura avaliativa que permita qualificar as diretrizes universitárias, levam a incentivar a participação da comunidade acadêmica (VIEIRA *et al.*,



2019), como “pressuposto da democracia unitária ou forte” (LEITE, 2005, p. 65). A descentralização de ações e da tomada de decisão da autoavaliação institucional exige um diálogo constante e próximo de quem “faz” a Universidade no dia a dia, em todas as instâncias e fases do processo. Para Felix e Furtado (2016) o desafio da governança universitária está na superação de ações burocráticas, viciadas e improvisadas.

Leite (2005) destaca que o viés da democracia forte é o regime de governo caracterizado pela formação de uma comunidade capaz de resolver suas questões e conflitos através de uma política de participação, de autocrítica e autolegislação. Uma comunidade capaz de transformar interesses privados em bens públicos ou comuns através da participação.

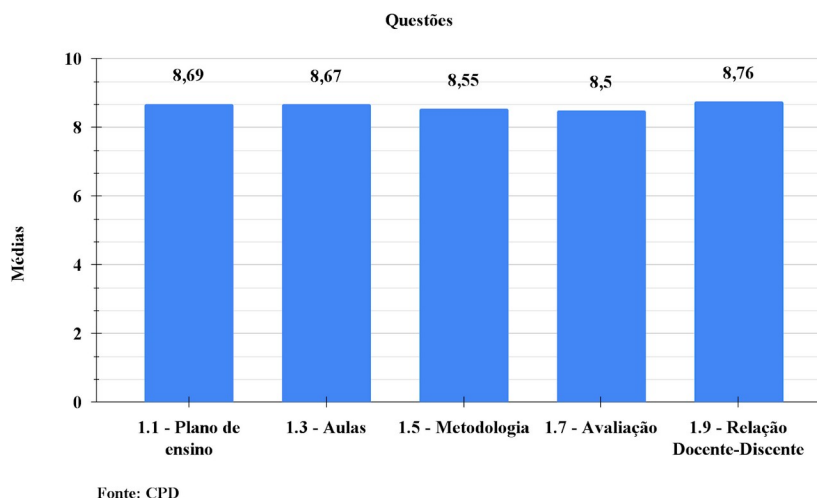
Nesse sentido, a Avaliação Participativa (AP) possibilita o exercício democrático, constituindo a “produção de conhecimento social e político do contexto avaliado” (FELIX 2023, p. 37). Portanto, representa uma ferramenta de qualificação pedagógica, que por sua vez, promove reflexão crítica sobre o próprio processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia acadêmica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados produzidos pelo Instrumento IA-2 permitiu analisar as percepções dos/as discentes do Curso de Educação Especial – Licenciatura Plena (Diurno) acerca das práticas docentes e do próprio processo de aprendizagem. Participaram da avaliação 28 estudantes, de um total de 145 aptos (matriculados), correspondendo a uma taxa de participação baixa, mas que permite delinear tendências importantes para a compreensão da experiência formativa no curso. Na figura 1, podemos verificar as médias atribuídas em cada uma das 5 questões:



Figura 1. Média das questões avaliada



Os resultados quantitativos evidenciam que a avaliação das disciplinas cursadas foi positiva para os/as estudantes respondentes. As médias atribuídas às dimensões da Avaliação Docente variaram entre 8,50 e 8,76, indicando níveis elevados de satisfação discente. O Plano de Ensino apresentou média de 8,69, as Aulas 8,67, a Metodologia 8,55, a Avaliação 8,50 e a Relação Docente-Discente 8,76, sugerindo um equilíbrio relativo na percepção discente acerca das diferentes dimensões da prática pedagógica.

Em todas as questões avaliadas, mais de 60% das respostas concentraram-se na pontuação máxima, indicando que a experiência acadêmica foi percebida como satisfatória pela maioria dos/as estudantes. Esse padrão de avaliação sugere a existência de um conjunto de práticas pedagógicas reconhecidas positivamente no curso pelos/as discentes.

A dimensão Relação Docente-Discente apresentou o melhor desempenho entre as questões analisadas, sugerindo que os/as estudantes percebem o ambiente acadêmico como respeitoso e colaborativo. Esse resultado é relevante na perspectiva da Avaliação Institucional Participativa, que compreende as interações interpessoais estabelecidas entre os sujeitos do processo educativo como um dos pilares da qualidade do Ensino Superior (LEITE, 2005). Nesse sentido, a qualidade das relações pedagógicas aparece como aspecto importante e estruturante da experiência formativa.

Apesar do panorama geral positivo, a distribuição das respostas revela a presença de avaliações mais baixas, especialmente na dimensão Avaliação. Esse resultado mostra que os procedimentos avaliativos constituem um dos pontos mais sensíveis do processo pedagógico neste curso. As notas apontadas nessa dimensão indicam a necessidade de atenção na definição de critérios e na organização das atividades avaliativas das disciplinas.



Ainda, padrão semelhante foi observado na dimensão Metodologia, em que parte dos respondentes indicaram dificuldades em relação à organização dos conteúdos trabalhados e os resultados produzidos nas disciplinas. Esses dados sinalizam que a Metodologia, como um aspecto da prática pedagógica, a ser aperfeiçoada.

A fim de fornecer uma compreensão mais abrangente da avaliação, contemplando os aspectos subjetivos, as respostas da Autoavaliação Discente apresentaram média de 9,23, apontando que os estudantes avaliam positivamente seu próprio envolvimento nas disciplinas. Aproximadamente 90% dos respondentes atribuíram notas elevadas, que revelam percepção de participação ativa no processo de aprendizagem. Esse resultado vai ao encontro da concepção de avaliação como um processo formativo, que produz uma visão de conjunto da instituição e das relações pedagógicas (DIAS SOBRINHO, 2000).

Nos 166 questionários respondidos pelos/as 28 participantes, no espaço destinado a sugestões, foram registrados 39 comentários sobre: Plano de Ensino (8), Aulas (8), Metodologia (6), Avaliação (11) e Relação Docente-Discente (6). Esses apontamentos corroboram com o percentual de avaliações mais baixas atribuídas às questões objetivas.

Em relação aos comentários sobre o Plano de Ensino, as observações apontam de modo geral, para o cumprimento do que foi apresentado no início do semestre, da ementa da disciplina e dos conteúdos previstos. A falta de atenção do(a) docente durante a apresentação de trabalhos também foi mencionada.

Sobre as Aulas, a síntese dos apontamentos mostrou a necessidade de aproveitar melhor o tempo das aulas e redução de aulas assíncronas, ao mesmo tempo em que há elogios de aulas boas e compreensíveis. Quanto à Metodologia, as críticas dirigiram-se à forma como a disciplina foi proposta e o seu transcurso no semestre.

Acerca da Avaliação, o que se pode depreender dos comentários envolve a ausência e/ou reduzido número de propostas avaliativas, a falta de clareza e equidade nos critérios e explicações. No que se refere à Relação Docente-Discente, os registros apontaram para episódios de fragilidade nas relações entre alunos(as) e professores, bem como docentes que não aceitam críticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu analisar os resultados da Avaliação Docente e da Autoavaliação Discente do Curso de Educação Especial – Licenciatura Plena (Diurno), com base nos dados produzidos pelo Instrumento IA-2 no segundo semestre de 2024. As informações coletadas



evidenciam uma avaliação bastante positiva do curso, expressa tanto nas médias elevadas atribuídas às diferentes dimensões analisadas quanto na predominância de elogios nos comentários qualitativos.

Os dados indicam que o processo de ensino-aprendizagem é percebido pelos estudantes como satisfatório, especialmente no que se refere à qualidade das aulas e às relações estabelecidas entre docentes e discentes. Na Autoavaliação Discente também há o reconhecimento por parte dos estudantes sobre o seu próprio envolvimento nas atividades acadêmicas, o que ressalta a importância do caráter participativo do processo avaliativo.

A pesquisa também evidenciou aspectos que podem ser aprimorados, especialmente no que se refere aos critérios avaliativos dos docentes, ao alinhamento entre plano de ensino e desenvolvimento das disciplinas e à organização didático-pedagógica das atividades. Esses apontamentos, de forma geral, não comprometem a visão positiva do curso, mas indicam possibilidades de melhorias futuras das práticas pedagógicas.

A baixa taxa de participação discente constitui uma limitação importante apontada pela avaliação, atribuída ao fato do processo ser de adesão voluntária. Ainda assim, estatisticamente, os dados produzidos servem de subsídio para a reflexão institucional, da Unidade e para o planejamento de ações de melhoria do curso. A identificação dos pontos fortes e os pontos a melhorar se faz necessária após cada processo avaliativo, informando e debatendo com a comunidade acadêmica para proposição de mudanças. Criar o hábito de “[...] avaliar a avaliação para melhorar o que ainda não está bom e aperfeiçoar os pontos positivos dos fluxos do processo” (FELIX; FURTADO, 2016, p. 78).

Nesse sentido, todos os resultados ressaltam a importância da Avaliação Institucional Participativa como instrumento de qualificação do Ensino Superior. A disponibilização de um espaço para escuta ativa dos/as estudantes acerca da qualidade do ensino e das suas experiências na universidade contribui para a construção coletiva da qualidade acadêmica e para o fortalecimento da gestão democrática, em consonância com os princípios do SINAES.

A continuidade desse processo avaliativo, associada a estratégias de ampliação do engajamento discente, poderá contribuir para o aprofundamento das análises e para o aperfeiçoamento permanente do curso e das práticas pedagógicas desenvolvidas no Centro de Educação.

REFERÊNCIAS

BARBER, M. **Democracia forte**. Paris: Desclée de Brouwer, 1997.



BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Senado Federal. **Lei no 10.861/2004**. Trata do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília, 2004.

CAICE/CSA-CE/UFSM. Autoavaliação docente do Centro de Educação 2024/2. **Relatório Ciclo Avaliativo 2024/2**. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/reitoria/avaliacao/csace/relatorios>>. Acesso em: 14 fev. 2026.

FELIX, G. T.; FURTADO, D. B. V. Autoavaliação institucional e (in)cultura de participação na universidade. **HOLOS**, 1, 2016. p. 69–80.

FELIX, G. **Programa de Avaliação Institucional: exercício de gestão democrática na Educação Superior**. Curitiba: CRV. Coleção Avaliação Institucional. Volume 1. 2023. 74p.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 235p.

LEITE, D. **Reformas universitárias: avaliação institucional participativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

POLIDORI, M. M.; FONSECA, D. G.; LARROSA, S. F. T. Avaliação Institucional Participativa. Revista de Avaliação da Educação Superior, **Avaliação**, v. 12, n. 2, p. 333-348, 2007.

UFSM. **Centro de Processamento de Dados (CPD)**, 2024.

UFSM. **Projeto Pedagógico do Curso de Educação Especial Licenciatura, diurno**. Centro de Educação. Universidade Federal de Santa Maria. 2024. 177p. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/educacao-especial/projeto-pedagogico#acontent>>. Acesso em: 04 de abr. 2026.

VIEIRA, K. M.; KREUTZ, R. R.; COSTA, F. N. V. Conhecer, acreditar e participar? A avaliação institucional na percepção dos discentes. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 03, p. 615-636, nov. 2019.

